

Cadeias e produtos agropecuários e a inflação brasileira da alimentação no domicílio¹

José Giacomo Baccarin²
Gabriel Bueno³
Denise Boito Pereira da Silva⁴

Resumo – O trabalho identificou e classificou os principais tipos de alimentos e cadeias agropecuárias que contribuíram, de 2007 a 2014, para a inflação da alimentação no domicílio no Brasil. Usaram-se dados do IPCA do IBGE. Calcularam-se médias ponderadas e contribuição para a inflação a partir da estrutura de participação de 2008–2009 dos subitens do IPCA. Contra a variação de 55,25% do IPCA, o subgrupo alimentação no domicílio aumentou 85,79%. De seus 16 itens, apenas três variaram abaixo do IPCA, e o item carnes registrou maior elevação. Quase 25% da contribuição para a inflação da alimentação no domicílio se deveu aos subitens pão francês, leite fluido e três tipos de carne de vaca. Nas cadeias agropecuárias, não se constataram grandes diferenças nas variações de preços entre aquelas com produtos comercializáveis (comércio exterior significativo) e não comercializáveis. Produtos in natura ou com grau de processamento mínimo subiram mais do que os com médio ou alto grau de processamento. Sugere-se a adoção de políticas específicas, especialmente crédito rural e pesquisa, para incentivar a produção dos produtos com pequeno mercado internacional, para os quais se supõe que os efeitos dos preços exteriores sejam menores.

Palavras-chave: comércio exterior, preços de alimentos, IPCA.

Agricultural chains and products and the Brazilian inflation of feeding at home

Abstract – The study identified and ordered the main types of products and agricultural chains with contribution, between 2007 and 2014, to feeding at home inflation in Brazil. Were used data of Broad Consumer Price Index (IPCA) from IBGE. Were calculated weighted averages and contribution to inflation from the sub-items structure participation on IPCA in 2008–09. Against variation of 55.25% in the IPCA, the feeding at home subgroup increased 85.79%. Of its 16 items only three ranged below the IPCA and meat recorded highest elevation. Among the sub-items, almost 25% at

¹ Original recebido em 11/2/2015 e aprovado em 21/5/2015.

² Doutor, professor de Economia Rural da FCAV/Unesp. Rod. Professor Paulo Donato Castellani, s/n, CEP 14.884-900, Jaboticabal, SP. E-mail: baccarin@fcav.unesp.br

³ Mestre em Engenharia de Produção, professor da Fatec Bebedouro. E-mail: gbueno.rp@gmail.com.

⁴ Mestre em Geografia, bolsista CNPq. E-mail: denise_bps@gmail.com.

home inflation was due to bread, fluid milk and three types of beef. In agricultural chains, were not found large differences in price variations among marketable (significant international trade) and unmarketable products. Fresh or minimally processed products had higher price increases compared in those with medium or high degree of processing. It is suggested the adoption of specific policies, especially rural credit and research, to encourage the production of those products with small international market, for which it is assumed that the effects of international prices are lower.

Keywords: foreign trade, food price, IPCA.

Introdução

De 2007 a 2014, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 55,25%, um dos seus nove grupos componentes, o índice de alimentação e bebidas, subiu 93,48%. Já para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), também do IBGE, os respectivos valores são 56,80% e 92,23% (IBGE, 2015a).

Alguns têm denominado tal fato de inflação de alimentos (MALUF; SPERANZA, 2013), que aparenta estar revertendo uma tendência de longo prazo de barateamento relativo dos preços de alimentos no Brasil, apontada por Barros et al. (2001) e Farina e Nunes (2002), entre outros. De 2001 a 2006, o IPCA foi de 55,33% e o INPC, de 58,87%, enquanto seus respectivos índices de alimentação e bebida foram pouco menores, 50,93% e 51,64% (IBGE, 2015a).

O encarecimento dos alimentos impacta com maior intensidade os mais pobres. Pelo IPCA, que mede a inflação para os consumidores com renda familiar de 1 a 40 salários mínimos, o índice de alimentação e bebidas participa com 22,08%; já pelo INPC, para consumidores com renda entre um e seis salários mínimos, a participação é de 27,25% (IBGE, 2005, 2014).

Considerando os diversos produtos agropecuários e suas cadeias produtivas, abre-se espaço para muitas questões. A elevação relativa

dos preços dos alimentos está associada às condições de produção e concorrência agropecuária ou dos serviços (transporte e, em particular, distribuição) e da transformação industrial? Os fatores internos, como a expansão da renda do consumidor ou a eventual deficiência de oferta, foram mais importantes na inflação da alimentação do que os fatores externos, especialmente preços internacionais e taxa de câmbio? A elevação é generalizada ou há diferenças consideráveis entre as cadeias?

O objetivo deste trabalho é identificar e classificar os principais tipos de alimentos que contribuíram para a inflação no Brasil no período 2007–2014, relacionando-os com suas cadeias agropecuárias. Pretende-se também, de acordo com dois quesitos, testar se há diferenças entre os alimentos: grau de processamento e nível de trocas externas⁵.

A segunda seção do trabalho levanta informações e interpretações sobre a recente mudança da tendência de preços de alimentos e produtos agropecuários no mundo e no Brasil. A terceira apresenta a fonte e a forma como os dados foram trabalhados. A quarta seção, de resultados, aponta e classifica a participação de diversos alimentos na inflação ao consumidor e relaciona-os com suas respectivas cadeias agropecuárias, além de verificar se houve diferenças entre eles conforme o grau de processamento e importância do comércio exterior. Por fim, as conclusões fecham o trabalho.

⁵ Em estudo futuro, pretende-se avaliar a produção e a disponibilidade nacional de produtos agropecuários específicos, bem como a relação de preços ao consumidor com os preços recebidos pelos agricultores e, se possível, com informações de custo e nível de concorrência nas cadeias aqui analisadas. Também se propõe, para um segundo momento, estudar as flutuações anuais de preços dos produtos agropecuários, indo além da variação em todo o período, como se faz neste artigo.

Interrupção da queda de preços agrícolas e de alimentos

Como já afirmado, alguns estudos apontam queda significativa de preços dos alimentos no Brasil nas últimas décadas do século 20 e no início deste. Farina e Nunes (2002), para o período agosto de 1994 a fevereiro de 2002, calcularam queda real de 20% do preço da alimentação como um todo e de 15% da alimentação fora do lar no Brasil. Outro estudo mostra que de janeiro de 1986 a setembro de 1996 os preços reais da alimentação caíram mais de 30% e os de vestuário (que usa, muitas vezes, o algodão como matéria-prima) caíram mais de 40%, enquanto cresciam os preços da habitação, do transporte e da assistência à saúde (CASTRO; MAGALHÃES, 2006). Outro estudo, Barros et al. (2001), estimou que os preços de uma cesta de alimentos no varejo⁶ caíram em média 5,2% ao ano de 1975 a 2000.

Segundo este último estudo, as principais causas da queda foram a redução das margens de lucros nos segmentos do sistema agroindustrial e da carga tributária e, especialmente, os ganhos de produtividade agropecuária, que permitiram que, mesmo com diminuição dos preços recebidos, não houvesse redução da oferta de produtos. Já Martha Júnior et al. (2010) relataram que o aumento da produção de alimentos no Brasil acarretou redução do preço real da cesta básica. Os autores apontam que os ganhos tecnológicos e produtivos no campo geraram um cenário de crescimento da oferta maior que o crescimento da demanda, resultando assim num efeito de transferência de renda dos produtores para os consumidores.

Para o período 1994–2002, Farina e Nunes (2002) consideram que ganhos de produtividade e redução de margens na indústria de alimentação e na distribuição de alimentos (especialmente, nos supermercados) tiveram importância

mais decisiva que a agropecuária na redução dos preços.

Essa queda real de preços de alimentos no Brasil guardou proximidade com o verificado no mercado internacional. De 1961 a 2002, foi observada, ainda que com muitas flutuações, queda de 50% dos preços reais agropecuários mundiais (FAO, 2005). O forte protecionismo à produção agrícola dos países desenvolvidos e, especialmente, os avanços tecnológicos, que resultaram em redução do custo médio de produção de grande parte dos produtos agropecuários, são os dois fatores apontados como os mais importantes dessa redução.

Para entender a interrupção da tendência de queda e o aumento recente dos preços reais de alimentos no Brasil, podem-se levantar algumas hipóteses. Em princípio, poder-se-ia supor que políticas sociais, como o crescimento do salário mínimo acima da inflação e o aumento do número de beneficiados do Programa Bolsa Família, e as quedas na desocupação e dos indicadores de concentração de renda, entre outros, estimularam a demanda por alimentos no País, pressionando seus preços para cima.

Contudo, deve-se levar em conta que a resposta do consumo de alimentos à variação da renda tem se revelado, no geral, bem menos que proporcional. Estudos de Hoffmann (2007, 2010) sobre a elasticidade-renda (ER) com gastos com alimentação no Brasil mostram que seu valor cresceu de 0,481 em 2002–2003 para 0,538 em 2008–2009, mas continuava, nesta última data, baixo em relação a outros tipos de gastos, superior apenas à ER dos gastos com fumo, de 0,388, e inferior às dos outros nove grupos de despesa, como transporte (0,978), recreação e cultura (0,939) e educação (1,0580). Especificamente, a ER da alimentação no domicílio passou de 0,381 em 2002–2003 para 0,407 em 2008–2009⁷. Não se deve desconsiderar, entretanto, que os mes-

⁶ Consideraram-se 17 alimentos componentes da cesta: açúcar, alface, arroz, banana, batata, café, carne bovina, carne de frango, cebola, cenoura, feijão, laranja, leite, mamão, óleo de soja, ovo e tomate.

⁷ A ER da alimentação fora do domicílio registrou valores bem mais altos – de 0,828 em 2007–2008 –, revelando o fato de não ser essa modalidade encarada apenas como forma de se atender uma necessidade básica, mas também como lazer (HOFFMANN, 2010).

mos estudos de Hoffmann mostram importantes diferenças entre os alimentos: ER muito baixa ou mesmo negativa para arroz, feijão e farinha de mandioca, por exemplo; e ER mais próxima da unidade para lácteos mais processados.

Alternativamente, poder-se-ia imaginar que a produção agropecuária brasileira destinada à alimentação tenha sido insuficiente, estimulando, assim, aumento dos preços recebidos pelos produtores, que acabam sendo transferidos aos consumidores. De maneira geral, os números de grandes agregados apontam para o sentido inverso, ou seja, para crescimentos vigorosos de produtividade e produção – no caso dos grãos, a produção passou de 131,75 milhões de toneladas em 2006–2007 para 193,39 milhões de toneladas em 2013–2014, aumento de 46,78% (CONAB, 2015). Evidentemente, alguns grãos podem ter registrado desempenho mais fraco. Além disso, nesse agregado não entram cana-de-açúcar, café e carnes, produtos agropecuários importantes, nem frutas, verduras e legumes.

Uma terceira causa do aumento de preços de alimentos no Brasil estaria associada a acontecimentos do mercado internacional. As commodities agrícolas têm registrado elevações consideráveis em suas cotações, com o índice de preços da alimentação da FAO mais do que dobrando de 2003 a 2013 (FAO, 2014). Como as exportações brasileiras de origem agropecuária ganharam importância⁸, essa elevação tende mais facilmente a ser transmitida para o mercado doméstico. Nas importações, a grande dependência estrutural que o País mantém é a compra externa de trigo, mas costumamos importar também lácteos e arroz, por exemplo.

Entre os fatores que explicam a elevação das cotações internacionais estão o crescimento da renda e do consumo de alimentos em países

populosos, como China e Índia, o aumento do consumo per capita de proteínas animais, que exige maiores áreas de cereais e oleaginosas para as rações, e a pressão direta sobre o preço do milho e indireta sobre os da soja e trigo decorrente do crescente uso do milho para produção de etanol nos EUA. Consideram-se também mudanças na forma de protecionismo agropecuário, em especial na União Europeia, desvinculando, em grande parte, a renda dos agricultores do volume de produção obtido, e que estão reduzidos os estoques mundiais de grãos, o que estimula movimentos especulativos dos preços. Do lado dos custos, verificaram-se pressões por causa do aumento do preço do petróleo, com reflexos nos combustíveis, usados nas atividades agropecuárias, no transporte dos produtos e em fertilizantes e agrotóxicos (MAROUELLI, 2009; OCDE-FAO..., 2008).

Estudo do IPEA (2011) aponta a alta internacional dos preços das commodities como principal causa do aumento dos preços de alimentos e bebidas no Brasil de 2000 a junho 2011, especialmente depois de 2007⁹. Desdobrando alimentos e bebidas em três subgrupos, o estudo indica que, de 2007 a maio de 2011, os alimentos e bebidas comercializáveis (com mercado exterior significativo) e os não comercializáveis fora do domicílio pressionaram para cima a inflação, enquanto os alimentos e bebidas não comercializáveis no domicílio puxaram para baixo a inflação, embora com flutuações de preços mais intensas do que nos outros subgrupos.

O mesmo estudo mostra que os comercializáveis (carnes, arroz, açúcar, bebidas, derivados de trigo, de soja e outros industrializados) apresentavam peso de 12,1% no IPCA e seus preços foram muito afetados pelas cotações internacionais e pelo câmbio. Os preços dos não comercializáveis fora do domicílio (refeições,

⁸ Contini (2014) informa que o grau de abertura do agronegócio brasileiro (exportação/PIB setorial) passou de 3,4% na média do quinquênio 1991–1995 para 17,5% em 2006–2010. Em 1990, as exportações agrícolas brasileiras representavam 2,63% das exportações agrícolas mundiais (PINAZZA et al., 2001); passaram para 3,43%, na média do triênio 1999–2001 e atingiram 5,22% em 2008 (FAO, 2011).

⁹ Foram quatro os grupos de bens e serviços cujos preços foram analisados pelo IPEA. Enquanto o preço internacional das commodities afetou o preço interno dos alimentos e bebidas (grupo 1), nos serviços (grupo 2) os efeitos mais fortes vieram das melhorias da distribuição de renda e do mercado de trabalho; nos monitorados (grupo 3), das mudanças dos preços administrados; e nos industrializados (grupo 4), da apreciação cambial e de ganhos de produtividade. Os dois primeiros grupos pressionaram a inflação brasileira para cima (IPEA, 2011).

lanches e bebidas consumidos em restaurantes, lanchonetes e similares), com peso de 7,5% no IPCA, foram muito influenciados pelos ganhos de renda dos consumidores, à maneira dos serviços como um todo. Os preços dos não comercializáveis no domicílio (feijão, verduras, legumes, frutas, pescado), com peso de 2,6% no IPCA, parecem ter sido muito atingidos por choques da oferta interna, como quebras de safras causadas por problemas climáticos.

Mesmo que se aceite que os preços dos produtos agropecuários comercializáveis sejam mais afetados pelos preços internacionais do que os não comercializáveis, é importante relativizar tal suposição. Não se deve esquecer que os diversos produtos agropecuários concorrem por terra e pelos investimentos dos agricultores, podendo-se imaginar que, por exemplo, o aumento das cotações internacionais acabe afetando (negativamente) a área e a produção dos não comercializáveis. Ao contrário, pelo lado da demanda é possível considerar que o aumento de preços de produtos comercializáveis possa acarretar elevação de preços e, em seguida, de produção de produtos não comercializáveis, mas que sejam substitutos dos primeiros (MALUF; SPERANZA, 2013).

Ao se tratar de preços internacionais, não se deve desconsiderar a influência da taxa de câmbio na sua transformação em preços internos (ALMEIDA, 2008). A Figura 1 mostra que

de 2003 a 2007 houve forte valorização do real diante do dólar. Tal fato, até certo ponto, serviu de compensação aos consumidores nacionais da elevação dos preços internacionais de commodities agropecuárias. De 2007 a 2011, a moeda nacional continuou a se valorizar, com exceção de 2009, mas de maneira mais suave. Depois de 2011, contudo, a desvalorização da moeda nacional se evidenciou, com o câmbio deixando de ser um amenizador interno de altas nas cotações internacionais.

Por fim, uma última observação: algumas instituições afirmam que a tendência altista, que destoa do padrão histórico (LIMA; MARGARIDO, 2008) e já dura mais de dez anos, continuará nos próximos anos, com projeções que apontam que os preços dos alimentos ficarão mais altos em 2013–2022 do que em 2003–2012 (OCDE-FAO..., 2013).

Metodologia

Os dados sobre variação de preços e composição de consumo no Brasil foram obtidos de publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005, 2014, 2015a). Esse instituto, por meio do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), produz índices de preço ao consumidor que são uma aproximação do índice de custo de vida, entre eles o INPC e o IPCA.

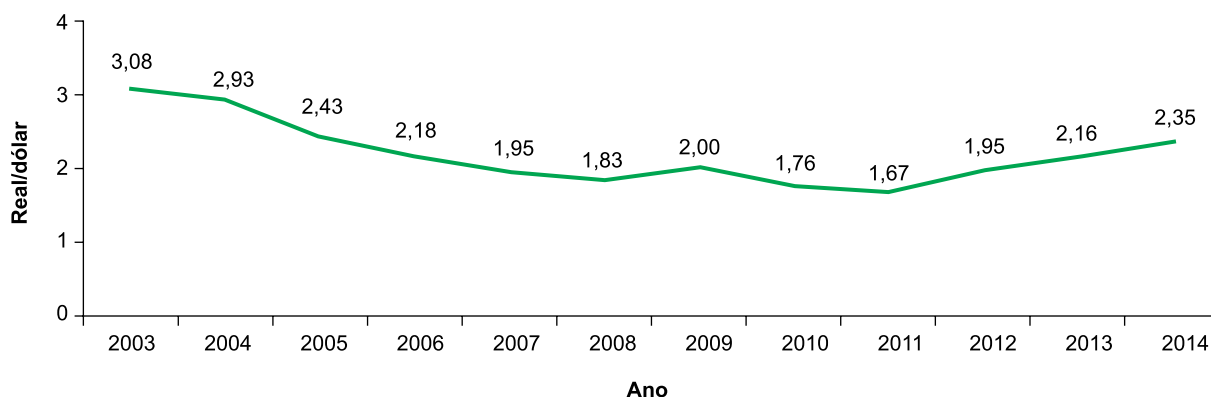


Figura 1. Evolução da taxa de câmbio real/dólar no Brasil em 2003–2014.

Fonte: Banco Central do Brasil, 2015.

Os bens e serviços no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) são divididos nos seguintes níveis de hierarquia: grupos, subgrupos, itens e subitens, juntando categorias de consumo de mesma natureza. Além disso, os bens e serviços recebem ponderações diferentes, de acordo com a razão entre a estimativa do total das despesas com cada um e a estimativa do total das despesas com todos os bens e serviços. A base para o estabelecimento dessas ponderações são as edições da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), feitas pelo IBGE a cada seis anos.

Os grupos de despesas consideradas são nove: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação. O grupo alimentação e bebidas é subdividido em dois subgrupos: alimentação no domicílio, contemplando 16 itens e mais de uma centena de subitens, e alimentação fora do domicílio, sem nenhum item e com oito subitens.

Mensalmente, o IBGE faz pesquisa de preços em 13 capitais ou regiões metropolitanas, obtendo a variação de preços dos subitens em relação ao mês anterior. Por meio da estrutura de ponderação, calcula-se a variação média (ponderada) de itens, subgrupos, grupos e, finalmente, do Índice de Preço ao Consumidor. Também é levada em conta a participação de cada cidade ou região metropolitana no consumo de seu conjunto, de forma que o IPC nacional é uma média ponderada da variação de seus preços.

Neste trabalho, optou-se por trabalhar, de 2007 a 2014, com as informações do IPCA, o que permite avaliar uma situação que atinge ampla faixa populacional. Reconhecesse-se, contudo, que como o período foi de crescimento relativo dos preços de alimentos, subestimam-se seus efeitos negativos para os mais pobres, o que aconteceria com menos intensidade se se usasse o INPC.

O grupo do IPCA considerado foi o de alimentação e bebidas, que representa 22,0828% de sua estrutura de ponderação. O subgrupo alimentação fora do domicílio (7,0586% do IPCA) registrou aumento de preços de 108,61%, maior do que o subgrupo alimentação no domicílio (15,0242% do IPCA), de 85,79%. Acredita-se que essa diferença, em grande parte, deveu-se ao recente encarecimento relativo de serviços no Brasil, registrado nas citações anteriores de Farina e Nunes (2002) e IPEA (2011). Como se pretende estabelecer uma relação entre inflação de alimentos e produção e preços agropecuários, entendeu-se por bem trabalhar apenas com o ocorrido com os preços dos integrantes da alimentação no domicílio.

A análise foi feita para seus 16 itens: cereais, leguminosas e oleaginosas; farinhas, féculas e massas; tubérculos, raízes e legumes; açúcares e derivados; hortaliças e verduras; frutas; carnes; pescados; carnes e peixes industrializados; aves e ovos; leite e derivados; panificados; óleos e gorduras; bebidas e infusões; enlatados e conservas; e sal e condimentos.

Estudou-se também o que ocorreu com os subitens da alimentação no domicílio, o que exigiu adaptação das informações do IBGE. Acontece que as variações de preços de alimentos e bebidas para 2007–2011 baseiam-se na POF 2002–2003; para 2012–2014, na POF 2008–2009, e os subitens daí derivados para cálculo do IPCA não são os mesmos. Por isso, eliminaram-se 21 subitens da POF mais antiga, ou porque perderam importância no consumo ou porque foram incorporados em outros subitens¹⁰. Eliminaram-se também 23 subitens da POF 2008–2009, que não constavam na anterior, e que no conjunto representam 0,1264 do IPCA¹¹.

¹⁰ Chopp, molho de soja, colorau, cogumelo em conserva, feijoada em conserva, leite com sabor, leite fermentado, bacalhau, peixe acará, peixe piramutaba, peixe pargo, peixe linguado, peixe tainha, peixe pescadinha, outras vísceras, ameixa, melão, doce de leite, gelatina, chuchu e fava.

¹¹ Amido de milho, flocos de milho, mandioquinha (batata-baroa), balas, agrião, abacate, laranja baía, morango, carne de carneiro, peixe badejo, peixe cavalinha, peixe pacu, peixe dourado, peixe castanha, peixe salmão, peixe tilápia, peixe tucunaré, peixe peroá, peixe pintado, salame, carne de porco salgada e defumada, coco ralado e pepino em conserva.

A exceção a esse procedimento ocorreu com o leite de vaca consumido após pasteurização ou uperização. Na POF 2002–2003, esse subitem aparecia como leite pasteurizado e na de 2008–2009, como longa vida, confirmando a rápida mudança de hábito de consumo – substituição do popular leite de saquinho pelo de caixinha. Denominou-se esse subitem de leite fluido e as variações de preços até 2011 referem-se ao pasteurizado; as variações posteriores referem-se ao longa vida. Depois desses procedimentos, restaram 130 subitens da alimentação no domicílio a serem estudados.

Depois dessas adaptações, relacionadas com questões metodológicas do IBGE e que permitiram as análises iniciais, fez-se novo reagrupamento dos subitens, tomando por base suas cadeias agropecuárias ou grupos de produtos. De início foram excluídos alguns subitens: sal de cozinha e fermento, por não terem origem agropecuária, e pescados e seus derivados, na quase totalidade originada do extrativismo e não da aquicultura.

A associação de subitens com cadeias e grupos de produtos foi, em geral, bastante fácil. Em alguns casos, entretanto, como o do biscoito, que usa farinha de trigo, açúcar e óleo vegetal, isso não foi tão simples – optou-se pela sua associação à cadeia do trigo. No caso de linguiças, salsichas, mortadelas, maionese, refrigerante e água mineral, sorvetes e suco de frutas, em que não se conseguiu associar o item a um único produto agropecuário, optou-se por criar um grupo chamado de indefinidos.

Foram individualizadas todas as cadeias cujas somas da participação dos subitens são maiores do que 0,1% do IPCA: arroz, avicultura de corte, avicultura de postura, banana, batata inglesa, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, cacau, cafeicultura, cana-de-açúcar, cebola, feijão, laranja pera, maçã, mandioca, soja, suinocultura, tomate e trigo. Adicionalmente,

consideraram-se os seguintes agrupamentos: frutas, vegetais in natura (legumes, verduras, tubérculos) e preparados vegetais, além do já citado grupo de indefinidos.

Os subitens dessas cadeias e agrupamentos, de acordo com seu grau de processamento, foram divididos em quatro grupos: in natura, mínimo, médio e alto grau de processamento, conforme método sugerido por Baccarin (2015)¹².

Também se considerou que algumas cadeias possuem comércio exterior significativo (comercializáveis) quando suas exportações ou importações, na média de 2007–2014, ultrapassaram 3% da produção interna. Dados de produção foram obtidos do IBGE (2015b) e de comércio externo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2015). Foram reconhecidas as seguintes cadeias com comércio exterior importante: arroz, avicultura de corte, batata inglesa, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, cafeicultura, cana-de-açúcar, cebola, laranja-pera, maçã, soja, suinocultura e trigo.

Calcularam-se médias ponderadas de variações de preços e contribuições ponderadas para a inflação da alimentação no domicílio de itens, subitens, bens de cadeias ou agrupamentos agropecuários, de produtos com diferentes níveis de processamento e com comércio exterior significativo ou não no período 2007–2014. Para tanto, foi usada a estrutura de ponderação da POF 2008–2009, que começou a ser aplicada nos cálculos da inflação do IBGE apenas em 2012.

As médias ponderadas e a contribuição para a inflação foram, respectivamente, calculadas por

$$MP = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i y_i)}{\sum_{i=1}^n y_i} \text{ e } Cl_i = \frac{x_i y_i}{\sum_{i=1}^n (x_i y_i)}$$

¹² BACCARIN, J. G. (Coord.). **Tabela de classificação do grau de processamento de alimentos**. Projeto CNPq: “Agricultura Familiar sob a Vigência da Lei Federal 11.947/2009: Abrangência e Adequação das Chamadas Públicas, Impactos na Agricultura Local e Preços Recebidos pelos Agricultores Familiares”. 2015. (Projeto em andamento).

em que

MP = média ponderada.

Cl_i = contribuição para a inflação da alimentação no domicílio de itens ou subitens.

x_i = variação de preços do bem i (item, subitem) no período considerado.

y_i = participação do bem i (item, subitem) na estrutura de ponderação do IPCA.

Rigorosamente, por se considerar apenas a estrutura de ponderação de 2008–2009 e pela exclusão de alguns subitens, os cálculos, para as médias de grupos e subgrupos de alimentação no domicílio no período 2007–2014, diferiram um pouco daqueles apresentados diretamente pelo IBGE, que considera na inflação até 2011 a ponderação da POF 2002–2003. Por ser de pequena monta, entende-se que isso não altera significativamente os resultados apresentados na seção seguinte.

Principais resultados

Os resultados de variação de preços discriminados por subgrupos, itens e subitens da alimentação no domicílio e fora do domicílio no período 2007–2014 são mostrados na Tabela 1.

Análise dos itens de alimentação no domicílio

A Tabela 2 mostra que o preço de seis itens da alimentação no domicílio variou acima do índice da alimentação no domicílio como um todo, três deles acima de 110% em 2007–2014. Apenas três variaram abaixo do IPCA. Isso aponta que a pressão sobre o IPCA vindo da alimentação no domicílio foi generalizada, com exceção de açúcares e derivados, enlatados e conservas e óleos e gorduras.

Na Tabela 3, leva-se em conta a variação de preços de cada item ponderada por sua participação na estrutura do IPCA. A maior contribuição para a inflação da alimentação

no domicílio veio das carnes, superior a 25%, decorrente do fato de ser o item com a mais alta participação no subgrupo, além de registrar a maior variação de preços em 2007–2014. O item carnes é composto quase que exclusivamente por cortes da carne de vaca – a carne de porco tem participação de 0,23% do IPCA.

Junto com carnes, os itens panificados e leites e derivados representaram quase metade da variação de preços da alimentação no domicílio. Nos panificados, a principal participação é do pão francês, com 1,02% no IPCA, seguido pelo biscoito, com 0,50%. No item leite e derivados, os principais subitens são o leite de vaca fluido, com participação de 0,89%, e o queijo, com 0,48%.

Análise dos subitens de alimentação no domicílio

Dos 130 subitens considerados na alimentação no domicílio, a Tabela 4 mostra os 30 que responderam pelos maiores aumentos de preços de 2007 a 2014, todos bem acima do IPCA e do índice de alimentação no domicílio. Quase metade deles, os 14 destacados na tabela, são cortes de carne de vaca, vendidos depois de pequeno processamento industrial. Também apresentam processamento industrial simples a polpa de açaí e a farinha de mandioca. Tirando o sal de cozinha e o caranguejo, que não são de origem agropecuária, os demais são consumidos praticamente in natura, pertencentes aos itens tubérculos, raízes e legumes, hortaliças e verduras e frutas, além do feijão preto. Este, juntamente com a batata inglesa, a cebola, a farinha de mandioca e alguns cortes de carne de vaca têm participação acima de 0,10% no IPCA; os outros tem participação pouco significativa.

A Tabela 5 mostra a relação dos 30 subitens que mais contribuíram com a inflação da alimentação no domicílio, sendo responsáveis por quase 75% de seu valor em 2007–2014. O primeiro lugar é do pão francês, com participação de 7,39%. Em segundo lugar está o leite fluido, seguido por três cortes de carne de vaca. São subitens relacionados com produtos comer-

Tabela 1. Participação no IPCA (POF 2008–2009), variação de preços em 2007–2014, contribuição para a inflação da alimentação no domicílio em 2007–2014 e cadeia/produto agropecuário correspondente de itens e subitens da alimentação no domicílio e fora do domicílio.

Subgrupo/item/subitem	Cadeia/agrupamento agropecuário	Grau de processamento	Participação no IPCA	Varição 2007–2014	Contr. Inflação Al. domicílio
Alimentação no domicílio	-		15,0242	85,7922	100,0000
Cereais, leguminosas e oleaginosas	-		1,0944	68,8792	5,6491
Arroz	Arroz	Médio	0,6908	54,6365	2,8287
Feijão mulatinho	Feijão	Mínimo	0,0248	106,6710	0,1983
Feijão preto	Feijão	Mínimo	0,1033	141,1485	1,0928
Feijão macassar (fradinho)	Feijão	Mínimo	0,0362	51,9987	0,1411
Feijão carioca (rajado)	Feijão	Mínimo	0,2393	84,2405	1,5108
Farinhas, féculas e massas	-		0,6558	72,4956	3,5628
Farinha de arroz	Arroz	Médio	0,0109	65,8734	0,0538
Macarrão	Trigo	Alto	0,3043	56,4528	1,2875
Fubá de milho	preparado vegetal	Médio	0,0281	61,8616	0,1303
Farinha de trigo	Trigo	Médio	0,0847	71,5018	0,4539
Farinha vitaminada	Trigo	Médio	0,0079	78,2576	0,0463
Farinha de mandioca	Mandioca	Médio	0,1070	155,4702	1,2468
Massa semipreparada	Trigo	Alto	0,1037	45,5130	0,3537
Tubérculos, raízes e legumes	-		0,6140	142,9494	6,5776
Batata inglesa	batata inglesa	in natura	0,1727	190,4400	2,4649
Inhame	vegetais in natura	in natura	0,0064	107,4068	0,0515
Mandioca (aipim)	Mandioca	in natura	0,0139	278,0127	0,2896
Abóbora	vegetais in natura	in natura	0,0111	183,5103	0,1527
Pimentão	vegetais in natura	in natura	0,0055	68,1839	0,0281
Quiabo	vegetais in natura	in natura	0,0035	95,9344	0,0252
Tomate	Tomate	in natura	0,2296	110,2476	1,8971
Cebola	Cebola	in natura	0,1145	181,1827	1,5548
Cenoura	vegetais in natura	in natura	0,0477	106,5671	0,3810
Açúcares e derivados	-		0,7531	49,0601	2,7688
Açúcar refinado	cana-de-açúcar	Alto	0,0932	35,5827	0,2485
Açúcar cristal	cana-de-açúcar	Alto	0,2490	34,0122	0,6347
Chocolate em barra bombom	Cacau	Alto	0,1536	28,4175	0,3271
Sorvete	Indefinido	Alto	0,1134	72,6501	0,6175
Chocolate, achocolatado pó	Cacau	Alto	0,1269	69,2486	0,6586
Doce de frutas em pasta	Indefinido	Médio	0,0031	118,1578	0,0275

Continua...

Tabela 1. Continuação.

Subgrupo/item/subitem	Cadeia/agrupamento agropecuário	Grau de processamento	Participação no IPCA	Varição 2007–2014	Contr. Inflação Al. domicílio
Hortaliças e verduras	-		0,1753	118,9981	1,5633
Alface	vegetais in natura	in natura	0,0838	123,0028	0,7725
Coentro	vegetais in natura	in natura	0,0073	136,9164	0,0749
Couve	vegetais in natura	in natura	0,0151	108,8808	0,1232
Couve-flor	vegetais in natura	in natura	0,0038	90,3191	0,0257
Repolho	vegetais in natura	in natura	0,0243	129,4986	0,2358
Cheiro-verde	vegetais in natura	in natura	0,0264	126,7719	0,2508
Brócolis	vegetais in natura	in natura	0,0142	80,7217	0,0859
Frutas	-		0,8093	90,5701	5,4930
Banana-da-terra	Banana	in natura	0,0131	89,2568	0,0876
Abacaxi	Frutas	in natura	0,0314	180,8293	0,4256
Banana d'água	Banana	in natura	0,0744	104,3438	0,5818
Banana maçã	Banana	in natura	0,0047	123,6864	0,0436
Banana prata	Banana	in natura	0,1571	110,6758	1,3031
Limão	Frutas	in natura	0,0023	105,8850	0,0183
Maçã	Maçã	in natura	0,1395	62,0585	0,6488
Mamão	Frutas	in natura	0,0812	87,3176	0,5314
Manga	Frutas	in natura	0,0093	99,3323	0,0692
Maracujá	Frutas	in natura	0,0078	139,8503	0,0818
Melancia	Frutas	in natura	0,0443	117,9091	0,3915
Pera	Frutas	in natura	0,0264	34,1021	0,0675
Tangerina	Frutas	in natura	0,0177	190,2396	0,2524
Uva	Frutas	in natura	0,0585	110,1461	0,4829
Laranja pera	Laranja	in natura	0,1185	73,6281	0,6539
Goiaba	Frutas	in natura	0,0028	156,7077	0,0329
Carnes	-		2,4453	144,5066	26,4810
Fígado	bovinocultura corte	Mínimo	0,0269	96,3765	0,1943
Carne de porco	Suínocultura	Mínimo	0,2318	101,4997	1,7633
Contrafilé	bovinocultura corte	Mínimo	0,3258	152,7141	3,7289
Filé-mignon	bovinocultura corte	Mínimo	0,0431	153,9636	0,4973
Chã de dentro	bovinocultura corte	Mínimo	0,2500	137,0023	2,5670
Alcatra	bovinocultura corte	Mínimo	0,3941	148,3998	4,3832
Patinho	bovinocultura corte	Mínimo	0,1831	137,8817	1,8921
Lagarto redondo	bovinocultura corte	Mínimo	0,0169	157,9311	0,2000
Lagarto plano	bovinocultura corte	Mínimo	0,0547	142,7437	0,5852
Músculo	bovinocultura corte	Mínimo	0,1324	149,3259	1,4818

Continua...

Tabela 1. Continuação.

Subgrupo/item/subitem	Cadeia/agrupamento agropecuário	Grau de processamento	Participação no IPCA	Variação 2007–2014	Contr. Inflação Al. domicílio
Pá	bovinocultura corte	Mínimo	0,1149	157,1510	1,3533
Acém	bovinocultura corte	Mínimo	0,2614	157,4233	3,0841
Peito	bovinocultura corte	Mínimo	0,0318	158,6160	0,3780
Capa de filé	bovinocultura corte	Mínimo	0,0034	167,2910	0,0426
Costela	bovinocultura corte	Mínimo	0,3656	154,6589	4,2377
Pescados	-		0,2577	90,6993	1,7516
Peixe anchova	da pesca	Mínimo	0,0039	38,2556	0,0112
Peixe corvina	da pesca	Mínimo	0,0231	101,4492	0,1756
Peixe	da pesca	Mínimo	0,0433	68,5014	0,2223
Peixe sardinha	da pesca	Mínimo	0,0120	50,1700	0,0451
Camarão	da pesca	Mínimo	0,0323	93,3507	0,2260
Peixe vermelho	da pesca	Mínimo	0,0026	60,2717	0,0117
Peixe cavala	da pesca	Mínimo	0,0047	124,3289	0,0438
Peixe cação	da pesca	Mínimo	0,0071	87,0564	0,0463
Peixe merluza	da pesca	Mínimo	0,0198	34,9153	0,0518
Peixe serra	da pesca	Mínimo	0,0060	99,4633	0,0447
Peixe pescada	da pesca	Mínimo	0,0498	109,6578	0,4093
Caranguejo	da pesca	Mínimo	0,0049	169,2416	0,0622
Peixe dourada	da pesca	Mínimo	0,0172	124,0171	0,1599
Carnes/peixes industrializados	-		0,7624	86,2079	4,9254
Presunto	Suínocultura	Alto	0,1186	69,1241	0,6144
Salsicha e salsichão	Indefinido	Alto	0,0957	108,3437	0,7771
Linguiça	Indefinido	Alto	0,2986	73,3761	1,6421
Mortadela	Indefinido	Alto	0,0943	50,2444	0,3551
Carne seca	bovinocultura corte	Alto	0,1323	156,7748	1,5545
Carne de hambúrguer	bovinocultura corte	Alto	0,0018	69,0237	0,0093
Aves e ovos	-		1,0680	77,8959	6,2345
Frango inteiro	avicultura corte	Mínimo	0,4734	74,9644	2,6597
Frango em pedaços	avicultura corte	Mínimo	0,4115	66,6840	2,0566
Ovo de galinha	avicultura postura	<i>In natura</i>	0,1831	113,5525	1,5583
Leites e derivados	-		1,8437	79,1594	10,9372
Leite fluido	bovinocultura leite	Mínimo	0,8925	77,6699	5,1953
Leite condensado	bovinocultura leite	Alto	0,0153	80,9199	0,0928
Leite em pó	bovinocultura leite	Alto	0,1994	125,4265	1,8744
Queijo	bovinocultura leite	Médio	0,4814	80,1397	2,8914

Continua...

Tabela 1. Continuação.

Subgrupo/item/subitem	Cadeia/agrupamento agropecuário	Grau de processamento	Participação no IPCA	Variação 2007–2014	Contr. Inflação Al. domicílio
Creme de leite	bovinocultura leite	Alto	0,0023	79,2213	0,0137
logurte	bovinocultura leite	Alto	0,2306	41,4723	0,7168
Manteiga	bovinocultura leite	Alto	0,0221	46,7034	0,0774
Panificados	-		1,8587	78,9421	10,9959
Biscoito	Trigo	Alto	0,5038	49,8043	1,8805
Pão francês	Trigo	Alto	1,0188	96,7550	7,3878
Pão doce	Trigo	Alto	0,0958	83,0486	0,5963
Pão de forma	Trigo	Alto	0,1099	73,2638	0,6034
Bolo	Trigo	Alto	0,1134	49,1296	0,4176
Pão de queijo	Trigo	Alto	0,0170	99,0271	0,1262
Óleos e gorduras	-		0,5003	40,7318	1,5271
Óleo de soja	Soja	Médio	0,3057	38,0845	0,8726
Azeite de oliva	preparado vegetal	Médio	0,0351	- 9,8183	-0,0258
Margarina vegetal	Soja	Alto	0,1596	53,8577	0,6442
Bebidas e infusões	-		1,6521	73,5012	9,1001
Suco de frutas	Indefinido	Mínimo	0,1627	35,9184	0,4380
Polpa de açaí	Frutas	Mínimo	0,0304	176,6784	0,4025
Café moído	Cafeicultura	Médio	0,3343	67,3552	1,6876
Café solúvel	Cafeicultura	Alto	0,0162	37,2640	0,0452
Chá	Indefinido	Médio	0,0277	207,5441	0,4309
Refrigerante e água mineral	Indefinido	Alto	0,6447	70,4508	3,4041
Cerveja	Indefinido	Alto	0,3276	92,7083	2,2762
Outras bebidas alcoólicas	Indefinido	Alto	0,1086	64,0255	0,5211
Enlatados e conservas	-		0,1701	44,5175	0,5675
Ervilha em conserva	preparado vegetal	Médio	0,0055	36,9655	0,0152
Palmito em conserva	preparado vegetal	Médio	0,0150	41,9852	0,0472
Sardinha em conserva	da pesca	Alto	0,0400	78,3143	0,2348
Salsicha em conserva	Indefinido	Alto	0,0048	51,9907	0,0187
Carne em conserva	bovinocultura corte	Alto	0,0067	38,2950	0,0192
Patê	Indefinido	Alto	0,0034	41,9778	0,0107
Sopa desidratada	Indefinido	Alto	0,0099	41,0879	0,0305
Azeitona	preparado vegetal	Médio	0,0298	26,8693	0,0600
Milho-verde em conserva	preparado vegetal	Médio	0,0261	15,6036	0,0305
Atum em conserva	da pesca	Alto	0,0168	57,4876	0,0724
Sal e condimentos	-		0,3640	68,3736	1,8651
Leite de coco	preparado vegetal	Alto	0,0041	74,4734	0,0229
Atomatado	Tomate	Alto	0,1479	68,8349	0,7630

Continua...

Tabela 1. Continuação.

Subgrupo/item/subitem	Cadeia/agrupamento agropecuário	Grau de processamento	Participação no IPCA	Variação 2007–2014	Contr. Inflação Al. domicílio
Alho	vegetais in natura	in natura	0,0632	72,8920	0,3453
Sal refinado	Indefinido	Mínimo	0,0064	144,7322	0,0694
Fermento	Indefinido	Alto	0,0091	30,5750	0,0209
Maionese	Indefinido	Alto	0,0502	68,6224	0,2582
Vinagre	preparado vegetal	Alto	0,0050	57,5683	0,0216
Caldo concentrado	Indefinido	Alto	0,0326	12,8647	0,0314
Tempero misto	Indefinido	Alto	0,0455	84,4683	0,2880
Alimentação fora do domicílio	-		7,0586	108,6131	-
Refeição	-		4,1638	115,0088	-
Lanche	-		1,6122	105,9325	-
Café da manhã	-		0,0798	115,2337	-
Refrigerante e água mineral	-		0,3085	94,2672	-
Cafezinho	-		0,0538	125,0620	-
Cerveja	-		0,5352	106,0546	-
Outras bebidas alcoólicas	-		0,0573	95,3211	-
Doces	-		0,2480	71,1500	-

Fonte: IBGE (2014, 2015a).

Tabela 2. Variação percentual de preços de itens da alimentação no domicílio em 2007– 2014.

Componente	Variação (%)	Componente	Variação (%)
Carnes	144,51	Aves e ovos	77,90
Tubérculos, raízes e legumes	142,95	Bebidas e infusões	73,50
Hortaliças e verduras	119,00	Farinhas, féculas e massas	72,50
Pescados	90,70	Cereais, leguminosas, oleaginosas	68,88
Frutas	90,57	Sal e condimentos	68,37
Carnes e peixes industrializados	86,21	IPCA	55,25
Alimentação no domicílio	85,79	Açúcares e derivados	49,06
Leites e derivados	79,16	Enlatados e conservas	44,52
Panificados	78,94	Óleos e gorduras	40,73

Fonte: IBGE (2015a).

cializáveis, o trigo e o leite com dependência de importação, a carne de vaca com expressivo volume exportado. Aparecem na tabela também produtos com mercado externo pouco significativo, como o tomate e o feijão carioca.

Variação de preços por cadeia agropecuária

Nos cálculos da Tabela 6 não entraram os itens derivados da pesca, sal refinado nem fer-

Tabela 3. Contribuição percentual de cada item na inflação da alimentação no domicílio em 2007– 2014.

Componente	% IPCA	Variação (%)	Contribuição ponderada	Contribuição ponderada acumulada
Carnes	2,45	144,51	26,48	26,48
Panificados	1,86	78,94	11,00	37,48
Leites e derivados	1,84	79,16	10,94	48,41
Bebidas e infusões	1,65	73,50	9,10	57,51
Tubérculos, raízes e legumes	0,61	142,95	6,58	64,09
Aves e ovos	1,07	77,90	6,23	70,33
Cereais, leguminosas e oleaginosas	1,09	68,88	5,65	75,98
Frutas	0,81	90,57	5,49	81,47
Carnes e peixes industrializados	0,76	86,21	4,93	86,39
Farinhas, féculas e massas	0,66	72,50	3,56	89,96
Açúcares e derivados	0,75	49,06	2,77	92,73
Sal e condimentos	0,36	68,37	1,87	94,59
Pescados	0,26	90,70	1,75	96,34
Hortaliças e verduras	0,18	119,00	1,56	97,91
Óleos e gorduras	0,50	40,73	1,53	99,43
Enlatados e conservas	0,17	44,52	0,57	100

Fonte: IBGE (2015a).

Tabela 4. Subitens da alimentação no domicílio com maiores variações percentuais de preços em 2007–2014.

Subitem	% IPCA	Variação (%)	Subitem	% IPCA	Variação (%)
Mandioca (aipim)	0,014	278,013	Goiaba	0,003	156,708
Chá	0,028	207,544	Farinha de mandioca	0,107	155,470
Batata inglesa	0,173	190,440	Costela	0,366	154,659
Tangerina	0,018	190,240	Filé-mignon	0,043	153,964
Abóbora	0,011	183,510	Contrafilé	0,326	152,714
Cebola	0,115	181,183	Músculo	0,132	149,326
Abacaxi	0,031	180,829	Alcatra	0,394	148,400
Polpa de açaí	0,030	176,678	Sal refinado	0,006	144,732
Caranguejo	0,005	169,242	Lagarto plano	0,055	142,744
Capa de filé	0,003	167,291	Feijão preto	0,103	141,148
Peito	0,032	158,616	Maracujá	0,008	139,850
Lagarto redondo	0,017	157,931	Patinho	0,183	137,882
Acém	0,261	157,423	Chã de dentro	0,250	137,002
Pá	0,115	157,151	Coentro	0,007	136,916
Carne seca	0,132	156,775	Repolho	0,024	129,499

Fonte: IBGE (2015a).

Tabela 5. Subitens com maior contribuição porcentual na inflação da alimentação no domicílio em 2007– 2014.

Subitem	Variação (%)	Contribuição ponderada	Subitem	Variação (%)	Contribuição ponderada
Pão francês	96,755	7,39	Biscoito	49,804	1,88
Leite fluido	77,670	5,20	Leite em pó	125,427	1,87
Alcatra	148,400	4,38	Carne de porco	101,500	1,76
Costela	154,659	4,24	Café moído	67,355	1,69
Contrafilé	152,714	3,73	Linguiça	73,376	1,64
Refrigerante/ água mineral	70,451	3,40	Ovo de galinha	113,552	1,56
Acém	157,423	3,08	Cebola	181,183	1,55
Queijo	80,140	2,89	Carne seca	156,775	1,55
Arroz	54,637	2,83	Feijão carioca (rajado)	84,241	1,51
Frango inteiro	74,964	2,66	Músculo	149,326	1,48
Chã de dentro	137,002	2,57	Pá	157,151	1,35
Batata inglesa	190,440	2,46	Banana prata	110,676	1,30
Cerveja	92,708	2,28	Macarrão	56,453	1,29
Frango em pedaços	66,684	2,06	Farinha de mandioca	155,470	1,25
Tomate	110,248	1,90	Total desses subitens	-	74,65
Patinho	137,882	1,89			

Fonte: IBGE (2015a).

Tabela 6. Cadeias agropecuárias com conjunto de subitens com maior contribuição porcentual para a inflação da alimentação no domicílio em 2007–2014.

Cadeia agropecuária	% IPCA	Variação média ponderada	Contribuição ponderada	Cadeia agropecuária	% IPCA	Variação média ponderada	Contribuição ponderada
Bovinocultura corte	2,34	149,13	26,72	Banana	0,25	107,91	2,06
Trigo	2,36	74,39	13,41	Cafeicultura	0,35	65,96	1,77
Bovinocultura leite	1,84	78,61	11,07	Avicultura postura	0,18	113,55	1,59
Avicultura corte	0,88	71,11	4,81	Cebola	0,11	181,18	1,59
Feijão	0,40	97,29	3,00	Mandioca	0,12	169,56	1,57
Arroz	0,70	54,81	2,94	Soja	0,47	43,49	1,55
Frutas	0,31	117,82	2,81	Cacau	0,28	46,89	1,00
Tomate	0,38	94,02	2,71	Cana-de-açúcar	0,34	34,44	0,90
Vegetais in natura	0,31	109,06	2,60	Laranja	0,12	73,63	0,67
Batata inglesa	0,17	190,44	2,51	Maçã	0,14	62,06	0,66
Suínocultura	0,35	90,54	2,42	Preparado vegetal	0,15	27,09	0,31

Fonte: IBGE (2015a).

mento. O grupo de indefinidos não é explicitado na tabela, embora tenha sido considerado nas contas e revelado participação expressiva na inflação da alimentação no domicílio, 11,34%¹³.

Algumas cadeias ou agrupamentos, como as do arroz, soja, cacau, cana-de-açúcar e preparado vegetal, tiveram variações médias de preços abaixo do IPCA. Em 11 delas, o aumento foi superior ao da alimentação no domicílio.

O destaque (negativo) foi para a bovinocultura de corte, com contribuição de 26,72% na inflação de alimentação no domicílio. Os preços de muitos cortes de carne de vaca subiram expressivamente, de 137,00% a 167,29%; para produtos mais industrializados e de baixa importância no consumo, as altas foram bem menores. Na média ponderada os preços variaram 149,13% de 2007 a 2014.

A cadeia do trigo teve aumento médio de preços de 74,39% e contribuição para a inflação da alimentação no domicílio de 13,41%. Dez subitens integram essa cadeia. Enquanto produtos típicos de padaria, pão francês e pão doce, subiram, respectivamente, 96,75% e 83,05%, produtos com maior grau de processamento, como macarrão, massa semipreparada, biscoito e bolo, subiram bem menos, de 45,51% a 56,45%.

Na bovinocultura de leite, que contribuiu com 11,07% da inflação da alimentação no domicílio, foram listados sete subitens. Quatro deles, leite fluido, queijo, leite condensado e creme de leite, tiveram aumentos muito parecidos com o aumento médio da cadeia, de 78,61%. O iogurte e a manteiga tiveram aumentos bem menores, 41,47% e 46,70%, respectivamente. Por sua vez, o leite em pó, que é o terceiro subitem de importância no consumo, atrás do leite fluido e do queijo, experimentou elevação de 125,43%.

As três cadeias que mais contribuíram para a inflação da alimentação no domicílio (acima de

50%) têm importantes mercados externos, especialmente a bovinocultura de corte (exportadora) e o trigo (importadora). Mas cadeias típicas de mercado interno também registraram variações muito altas de preços, contribuindo para a inflação da alimentação no domicílio acima de sua participação nesse subgrupo: feijão, frutas, tomate, banana e mandioca. No caso do tomate, seu aumento médio de preço, de 94,02%, subestima o aumento do preço do tomate in natura, que foi de 110,25%, enquanto seu produto industrial, o atomatado, registrou elevação de preço de 68,83% em 2007–2014.

Relação entre grau de processamento ou mercado externo e variação de preços

Os produtos com maior grau de processamento mostraram, na média, aumentos menores de preços, de 65,69% para médio e de 72,07% para alto grau de processamento. Ao mesmo tempo, nos produtos com grau de processamento mínimo a elevação de preços foi de 111,19%; nos in natura, de 117,54%. Isso sugere que as condições prevalecentes nos mercados estritamente agropecuários foram decisivas para pressionar a inflação da alimentação no domicílio para cima, ao contrário do que Mendonça de Barros et al. (2001) tinham observado em período anterior.

Separando as cadeias de acordo com a importância do comércio exterior, aquelas com exportações ou importações significativas registraram aumento médio de preços de 91,22% e as de mercado interno, aumento um pouco maior, de 96,72%¹⁴. Ainda que os dados não estejam trabalhados da mesma forma e os períodos sejam diferentes, restringindo uma comparação mais precisa, os resultados aqui apresentados mostram situação diferente da do IPEA (2011). Esse instituto avaliou que os comercializáveis pressionaram a inflação a domicílio para cima e os não

¹³ Dentro dos indefinidos, os subitens mais importantes foram refrigerantes e água mineral, com efeito de 3,40%, e cerveja, com efeito de 2,28%.

¹⁴ Nessas contas foi excluído o grupo de indefinidos; por isso os dois valores ficaram acima da variação de preços da alimentação no domicílio como um todo.

comercializáveis não pressionaram, enquanto no presente trabalho os dois conjuntos de produtos tiveram efeito altista sobre a inflação, sendo a dos não comercializáveis pouco maior.

Conclusões

O grupo alimentação e bebidas constituiu no período 2007–2014 um fator importante de pressão altista na inflação ao consumidor no Brasil, com variação de preços bem superior ao IPCA, que foi de 55,25%. O subgrupo alimentação no domicílio registrou forte aumento de preços, de 85,79%, ainda que menor que o da alimentação fora do domicílio, de 108,61%.

Dos 16 itens da alimentação no domicílio analisados, apenas três tiveram variação de preços abaixo do IPCA: açúcares e derivados; óleos e gorduras; e enlatados e conservas. O subitem carnes (com ampla predominância da de vaca) foi o que registrou maior aumento de preços, de 144,51%, contribuindo para mais de um quarto da inflação no domicílio no período.

Entre os subitens, os nove maiores aumentos de preços foram constatados em produtos com pequena ou nenhuma participação no mercado internacional. Considerando a contribuição para a inflação da alimentação no domicílio, quase um quarto deveu-se à elevação ponderada pela participação no IPCA do pão francês, do leite fluido e de três tipos de carne de vaca, derivados de produtos agropecuários com representativo mercado internacional.

Entre as cadeias agropecuárias e agrupamentos de produtos, as quatro com maior contribuição para a inflação da alimentação no domicílio (56,01% dela) – bovinocultura de corte, trigo, bovinocultura de leite e avicultura – têm alta participação no IPCA e mercado internacional muito importante. Mas, as cadeias típicas de mercado interno revelaram contribuição para a inflação da alimentação no domicílio bem acima de suas respectivas participações nesse subgrupo.

Tanto os produtos comercializáveis quanto os não comercializáveis, estes um pouco mais, provocaram efeitos altistas muito fortes na inflação da alimentação no domicílio.

Quanto ao grau de processamento, as evidências apontam que produtos in natura ou com grau de processamento mínimo tiveram maior influência relativa na inflação do que os com médio e alto grau de processamento. A ser explorado em estudo posterior, isso indica que as condições da agropecuária foram mais importantes que as da indústria e da distribuição no atacado e varejo para explicar a inflação de alimentos no Brasil em 2007–2014.

Isso não quer dizer que, de maneira geral, depois de 2007 a agricultura brasileira tenha diminuído seus ganhos de produtividade e produção. Eles continuaram, contribuindo para que se mantivesse a competitividade e a grande participação nos mercados internacionais de produtos agropecuários brasileiros. A elevação de preços no mercado interno, ao que tudo indica, reflete aumentos dos preços internacionais e não insuficiência da oferta interna.

Mesmo considerando que aumento de preços agropecuários têm efeito importante na renda obtida na agricultura brasileira, não se pode menosprezar seus efeitos ao consumidor. Nesse sentido, sugere-se a adoção de políticas específicas de estímulo à produção, especialmente pesquisa e crédito rural, para cadeias como as de feijão, tomate e outros legumes e verduras, cujos preços, supõe-se, sejam menos afetados pelas condições do mercado internacional.

Referências

ALMEIDA, C. de O. Preços dos produtos agrícolas exportados. **Raiz e Fruto Online**, edição 4, 15 mar. 2008. Disponível em: <www.cnpmf.embrapa.br/newsletter/ler_materia.php?codnoticia=63&coddedicao=12>. Acesso em: 15 mar. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (Bacen). **Taxas de câmbio**. Disponível em: <www.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BARROS, M. de J. R.; RIZZIERI, J. A. B.; PICCHETTI, P. **Os efeitos da pesquisa agrícola para o consumidor**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas: São Paulo, 2001. Relatório de Pesquisa.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas do comércio exterior: balança comercial**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/internacional/indicadores-e-estatisticas/balanca-comercial>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

CASTRO, P. F.; MAGALHÃES, L. C. G. de. Recebimento e dispêndio das famílias brasileiras: evidências recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 1995-96. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Org.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília, DF: Ipea, 2006. v. 1, p. 21-69.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Séries históricas de safras**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2>>. Acesso em: 5 Jan. 2015.

CONTINI, E. Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro: oportunidades econômicas e responsabilidade mundial. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do Século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 147-173.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **El estado de los mercados de productos básicos agrícolas: 2004**. Roma, 2005. 55 p.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **FAO food price index**. Disponível em: <www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/es/>. Acesso em: 23 Mar. 2014.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **FAO Statistical Yearbook 2010**. Disponível em: <www.fao.org>. Acesso em: 8 abr. 2011.

FARINA, E. M. M. Q.; NUNES, R. **A evolução do sistema agroalimentar e a redução de preços para o consumidor: o efeito de atuação dos grandes compradores**. São Paulo: Pensa, 2002. 31 p. (Estudo Temático, 2).

HOFFMANN, R. Elasticidades-renda das despesas e do consumo de alimentos no Brasil em 2002-2003. In: SILVEIRA, F. G. SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Org.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília, DF: Ipea, 2007. v. 2, p. 463-483.

HOFFMANN, R. Estimativas das elasticidades-renda de várias categorias de despesas de consumo, especialmente

alimentos, no Brasil, com base na POF de 2008-09. **Revista de Economia Agrícola**, v. 57, n. 2, p. 49-62, 2010.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2015b.

IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: estruturas de ponderação a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003**. Rio de Janeiro, 2005.

IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: estruturas de ponderação a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. **Tabelas Brasil e áreas INPC**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 22 jan. 2015a.

IPEA. **A dinâmica da inflação brasileira: considerações a partir da desagregação do IPCA**. Brasília, DF, 2011. (IPEA. Comunicado, 101).

LIMA, L. A. F.; MARGARIDO, M. A. Causas do atual ciclo de alta de preços de commodities. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, v. 3, n. 7, 2008.

MALUF, R.; SPERANZA, J. **Volatilidade dos preços internacionais e inflação de alimentos no Brasil: fatores determinantes e repercussões na segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, 2013.

MAROUELLI, R. P. **Crise mundial nos preços dos alimentos: oportunidades e desafios para a agricultura brasileira**. ago. 2009. p. 9-11. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIIICA/RodrigoMarouelli2.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

MARTHA JÚNIOR, G. B.; ALVES, E.; CONTINI, E.; RAMOS S. Y. Estilo de crescimento da agropecuária brasileira e desafios futuros. **Revista de Política Agrícola**, v. 19, p. 93-106, 2010.

OECD; FAO Agricultural Outlook 2008-2017: highlights. Paris: OECD; FAO, 2008. 72 p.

OECD; FAO Agricultural Outlook 2013: highlights. Disponível em: <www.oecd.org>. Acesso em: 8 ago. 2013.

PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO, R.; WEDEKIN, I. (Org.). **Agenda para a competitividade do agronegócio brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV; São Paulo: Abag, 2001. 288 p.